

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	12
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração	15
----------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	56
----------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	57
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	60
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	61
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	64.383.093
Preferenciais	64.383.093
Total	128.766.186
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	1.446.768	1.729.127	1.747.235
1.01	Ativo Circulante	165.398	301.275	139.069
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.070	216.746	46.793
1.01.02	Aplicações Financeiras	48.580	0	0
1.01.03	Contas a Receber	83.198	80.280	83.710
1.01.03.01	Clientes	83.198	80.280	83.710
1.01.03.01.01	Contas a Receber	82.608	79.758	13.170
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	590	522	70.540
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.997	515	5.663
1.01.07	Despesas Antecipadas	758	793	364
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	24.795	2.941	2.539
1.01.08.03	Outros	24.795	2.941	2.539
1.01.08.03.01	Contas a Receber com Operações de Derivativos	24.525	2.722	0
1.01.08.03.02	Adiantamentos a Fornecedores	196	176	2.344
1.01.08.03.03	Outros Créditos	74	43	195
1.02	Ativo Não Circulante	1.281.370	1.427.852	1.608.166
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	114.875	103.413	114.198
1.02.01.06	Tributos Diferidos	58.302	38.028	29.761
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	331	320	257
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	56.242	65.065	84.180
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	394	440	363
1.02.01.09.04	Contas a Receber com Operações de Derivativos	55.751	64.528	83.801
1.02.01.09.08	Outros Créditos	10	10	16
1.02.01.09.09	Tributos a Recuperar	87	87	0
1.02.03	Imobilizado	63.636	73.298	80.185
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	44.360	56.432	68.396
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	19.276	16.866	11.789
1.02.04	Intangível	1.102.859	1.251.141	1.413.783

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	1.446.768	1.729.127	1.747.235
2.01	Passivo Circulante	428.272	544.915	333.945
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.415	5.886	5.720
2.01.02	Fornecedores	32.869	29.072	34.358
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	32.731	29.016	34.155
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	138	56	203
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.544	25.475	20.033
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.120	18.907	13.520
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	10.554	0
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	13.120	8.353	11.562
2.01.03.01.04	Impostos e Contribuições Parcelados	0	0	1.958
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	7.424	6.568	6.513
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	7.424	6.568	6.513
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	182.174	378.730	113.838
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	195.428	5.569
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	163	282
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	195.265	5.287
2.01.04.02	Debêntures	182.174	183.302	108.269
2.01.05	Outras Obrigações	73.284	72.126	126.192
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	34.484	32.640	29.377
2.01.05.02	Outros	38.800	39.486	96.815
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26.037	0	22.183
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	11.355	11.212	10.894
2.01.05.02.06	Contas a pagar com Operações de Derivativos	0	26.907	62.482
2.01.05.02.07	Outras Obrigações com o Poder Concedente	1.408	1.367	1.256
2.01.06	Provisões	113.986	33.626	33.804
2.01.06.02	Outras Provisões	113.986	33.626	33.804
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	113.986	33.626	33.804
2.02	Passivo Não Circulante	539.636	707.624	975.649

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	317.862	443.671	762.631
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	220.454
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	163
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	220.291
2.02.01.02	Debêntures	317.862	443.671	542.177
2.02.02	Outras Obrigações	17.688	14.579	14.579
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	17.688	14.579	14.579
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	14.579	14.579
2.02.04	Provisões	204.086	249.374	198.439
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.532	17.827	11.048
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.136	988	534
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	14.396	16.839	10.514
2.02.04.02	Outras Provisões	188.554	231.547	187.391
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	188.554	231.547	187.391
2.03	Patrimônio Líquido	478.860	476.588	437.641
2.03.01	Capital Social Realizado	392.376	422.376	408.889
2.03.04	Reservas de Lucros	86.484	54.212	28.752
2.03.04.01	Reserva Legal	18.355	7.420	7.737
2.03.04.02	Reserva Estatutária	11.809	10.715	9.973
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	56.320	36.077	11.042

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.318.604	1.203.592	1.211.877
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-853.925	-782.223	-783.005
3.02.01	Custo de Construção	-108.365	-73.508	-122.443
3.02.02	Provisão de Manutenção	-53.657	-62.102	-63.535
3.02.03	Depreciação e Amortização	-277.924	-254.210	-213.378
3.02.04	Custos com Obrigações Poder Concedente	-22.861	-21.657	-22.692
3.02.05	Serviços	-371.003	-347.099	-325.745
3.02.06	Custo com Pessoal	-9.850	-9.269	-10.873
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-2.697	-2.602	-5.425
3.02.08	Outros	-7.568	-11.776	-18.914
3.03	Resultado Bruto	464.679	421.369	428.872
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-84.368	-85.273	-85.997
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-84.563	-87.664	-87.125
3.04.02.01	Serviços	-48.340	-47.138	-51.681
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-6.805	-7.673	-4.425
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-11.612	-9.613	-11.277
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-1.081	-1.138	-1.419
3.04.02.05	Ressarcimento ao Usuário	-4.863	-6.046	-12
3.04.02.06	Campanhas e Eventos Promocionais	-2.975	-3.774	-4.763
3.04.02.07	Incentivo Fiscal	-2.240	-1.440	-1.247
3.04.02.08	Outros	-6.647	-10.842	-12.301
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.497	4.712	2.399
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.302	-2.321	-1.271
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	380.311	336.096	342.875
3.06	Resultado Financeiro	-67.399	-112.354	-122.284
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	312.912	223.742	220.591
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-94.201	-75.344	-65.855
3.08.01	Corrente	-114.475	-83.611	-66.246
3.08.02	Diferido	20.274	8.267	391

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	218.711	148.398	154.736
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	218.711	148.398	154.736
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,69851	1,15246	1,20170
3.99.01.02	PN	1,69851	1,15246	1,20170
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,69851	1,15246	1,20170
3.99.02.02	PN	1,69851	1,15246	1,20170

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	218.711	148.398	154.736
4.03	Resultado Abrangente do Período	218.711	148.398	154.736

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	570.255	576.244	489.750
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	627.597	613.395	571.963
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	218.711	148.398	154.736
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-20.274	-8.267	-391
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	284.729	261.883	217.803
6.01.01.04	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	2.302	2.323	1.367
6.01.01.05	Juros e Variação Monet. sobre Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	53.184	88.643	113.136
6.01.01.06	Capitalização de Custo de Empréstimos	-8.312	-3.658	-16.439
6.01.01.08	Variação Cambial s/ Empréstimos e Financiamento	-4.071	-36.193	21.004
6.01.01.09	Resultado de Operações com Derivativos (Fair Value Option)	12.953	57.684	-14.261
6.01.01.10	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	152	37	-19
6.01.01.11	Constituição (Reversão) para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	3.995	12.986	6.284
6.01.01.12	Juros e Variação Monetária sobre Mútuo e Cessão Crédito com Partes Relacionadas	1.496	2.077	2.166
6.01.01.13	Constituição da Provisão de Manutenção	53.657	62.102	63.535
6.01.01.14	Ajustes a Valor Presente Provisão de Manutenção	29.083	25.365	23.042
6.01.01.16	Variação Cambial sobre Fornecedores Estrangeiros	-8	15	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-57.342	-37.151	-82.213
6.01.02.01	Contas a Receber	-3.002	-66.625	-3.961
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-79	69.955	-2.988
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-2.482	5.061	-4.655
6.01.02.04	Despesas Antecipadas e Outras	50	-348	196
6.01.02.05	Adiantamento a Fornecedores	-20	2.168	2.511
6.01.02.06	Fornecedores	3.805	-5.301	-6.882
6.01.02.07	Fornecedores - Partes Relacionadas	1.267	1.598	-1.644
6.01.02.08	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-471	166	-911
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	117.639	63.934	74.044
6.01.02.10	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-122.570	-58.492	-78.564
6.01.02.11	Realização de Provisão de Manutenção	-45.373	-43.489	-57.763
6.01.02.12	Outras Contas a Pagar	184	429	2.756

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01.02.13	Pagamento de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-6.290	-6.207	-4.352
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-165.574	-89.337	-137.177
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-12.426	-19.184	-16.050
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-104.568	-70.153	-122.443
6.02.03	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	0	0	1.316
6.02.10	Aplicações Financeiras	-48.580	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-616.357	-316.954	-320.552
6.03.01	Dividendos Pagos	-160.402	-131.634	-143.643
6.03.04	Mútuos com Partes Relacionadas (Pagamentos)	-1.591	-2.094	-21.230
6.03.05	Emprestimos, Financiamentos, Debêntures e Notas Promissórias (Captações)	0	0	820.000
6.03.06	Emprestimos, Financiamentos, Debêntures e Notas Promissórias (Pagamento de Principal)	-346.017	-76.647	-850.175
6.03.07	Emprestimos, Financiamentos, Debêntures e Notas Promissórias (Pagamento Juros)	-40.429	-47.280	-106.366
6.03.08	Liquidação de Operações com Derivativos	-37.918	-59.299	-19.138
6.03.09	Redução de Capital	-30.000	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-211.676	169.953	32.021
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	216.746	46.793	14.772
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.070	216.746	46.793

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	422.376	0	54.212	0	0	476.588
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	422.376	0	54.212	0	0	476.588
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-30.000	0	0	-30.632	0	-60.632
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-30.632	0	-30.632
5.04.08	Redução de Capital	-30.000	0	0	0	0	-30.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	218.711	0	218.711
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	218.711	0	218.711
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	32.272	-188.079	0	-155.807
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	63.176	-63.176	0	0
5.06.04	Distribuição de Dividendos	0	0	-30.904	-124.903	0	-155.807
5.07	Saldos Finais	392.376	0	86.484	0	0	478.860

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	408.889	0	28.752	0	0	437.641
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	408.889	0	28.752	0	0	437.641
5.04	Transações de Capital com os Sócios	13.487	0	-18.779	0	0	-5.292
5.04.01	Aumentos de Capital	13.487	0	-13.487	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-5.292	0	0	-5.292
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	148.398	0	148.398
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	148.398	0	148.398
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	44.239	-148.398	0	-104.159
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	44.239	-44.239	0	0
5.06.04	Distribuição de Dividendos	0	0	0	-104.159	0	-104.159
5.07	Saldos Finais	422.376	0	54.212	0	0	476.588

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	377.694	0	65.087	0	0	442.781
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	377.694	0	65.087	0	0	442.781
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.195	0	-55.888	-135.183	0	-159.876
5.04.01	Aumentos de Capital	31.195	0	-31.195	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-24.693	-109.085	0	-133.778
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-26.098	0	-26.098
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	154.736	0	154.736
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	154.736	0	154.736
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	19.553	-19.553	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	19.553	-19.553	0	0
5.07	Saldos Finais	408.889	0	28.752	0	0	437.641

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	1.442.215	1.315.140	1.331.930
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.405.736	1.284.166	1.290.812
7.01.02	Outras Receitas	36.479	30.974	41.118
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-631.452	-585.993	-628.230
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-401.767	-378.138	-370.208
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-67.663	-72.245	-72.044
7.02.04	Outros	-162.022	-135.610	-185.978
7.02.04.01	Custos de Construção	-108.365	-73.508	-122.443
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-53.657	-62.102	-63.535
7.03	Valor Adicionado Bruto	810.763	729.147	703.700
7.04	Retenções	-284.729	-261.883	-217.803
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-284.729	-261.883	-217.803
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	526.034	467.264	485.897
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	98.058	188.629	121.757
7.06.02	Receitas Financeiras	98.058	188.629	121.757
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	624.092	655.893	607.654
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	624.092	655.893	607.654
7.08.01	Pessoal	18.841	16.734	19.472
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.276	13.436	15.671
7.08.01.02	Benefícios	2.425	2.345	2.466
7.08.01.03	F.G.T.S.	750	636	786
7.08.01.04	Outros	390	317	549
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	213.407	186.715	174.306
7.08.02.01	Federais	146.649	124.365	114.170
7.08.02.02	Estaduais	365	331	451
7.08.02.03	Municipais	66.393	62.019	59.685
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	173.133	304.046	259.140
7.08.03.01	Juros	172.670	303.489	258.653
7.08.03.02	Aluguéis	463	557	487

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	218.711	148.398	154.736
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	30.632	0	0
7.08.04.02	Dividendos	124.903	104.159	135.183
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	63.176	44.239	19.553

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (CCR NovaDutra), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

A Concessionária da Rodovia Presidente Dutra foi constituída em 1995 e tem por objetivo exclusivo a exploração da Via Dutra, nos termos do “Contrato de Concessão” com a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, celebrado em decorrência do edital nº 0291/93 para a concessão da Rodovia Presidente Dutra.

A rodovia cobre o trecho de 402,2 quilômetros da Via Dutra (BR-116). Trata-se de uma rodovia federal com trechos urbanos, sendo dividida de forma convencional com duas faixas em cada sentido e com acostamentos pavimentados.

O número de veículos pedagiados em 2017 foi de 88.607.990 e em veículos equivalentes bidirecionais 128.043.770.

A perda de tráfego que a Companhia teve até o meio do ano de 2017, foi revertida no segundo semestre, sinalizando o início da recuperação da atividade econômica.

1.3. Destaques de 2017

Destaque financeiro

- Em 26 de abril foram distribuídos dividendos no valor de R\$ 30.904;
- Em 26 de outubro foi aprovada a redução do Capital Social da Companhia, passando de R\$ 422.376, para R\$ 392.376 configurando uma redução de R\$ 30.000;
- Em 26 de outubro foram distribuídos dividendos intermediários no valor de R\$ 100.438;
- Em 21 de dezembro foi aprovado o destaque de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 30.632, que será pago até 31 de dezembro de 2018;
- Em 22 de dezembro, foram distribuídos dividendos intermediários no valor de R\$ 24.465.

Destaque operacional

Os índices de vítimas fatais em 2017 recuaram mais de 4% em relação ao ano anterior. Desde 1996, ano em que a CCR NovaDutra assumiu a sua administração, estes índices vêm recuando sistematicamente. Neste período, as mortes na via Dutra foram reduzidas de 520 ocorrências, registradas em 1996, para 160, registradas em 2017, o que significa queda na ordem de 69%. As estatísticas são ainda mais favoráveis considerando o aumento progressivo do volume de tráfego na rodovia neste período, chegando a uma redução de 83% no índice de mortos.

Relatório da Administração

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1. Mercado

As operações da Companhia estão localizadas no Brasil e, portanto, as condições econômicas e políticas brasileiras podem afetar adversamente os negócios, tais como aumento na taxa de inflação, CDI, ausência de crescimento econômico interno, instabilidade social, política monetária, entre outros.

2.2. Desempenho da CCR NovaDutra

- A Receita líquida operacional (excluída receita de construção) alcançou R\$ 1.210.239 (+7,09%);
- O Lucro líquido atingiu R\$ 218.711 (+47,38%);
- O EBITDA atingiu R\$ 665.040 (+11,21%);
- O EBIT atingiu R\$ 380.311 (+13,16%).

Em R\$ mil	2017	2016	Var. %
Receita líquida	1.318.604	1.203.592	9,56%
Receita de pedágio	1.297.371	1.210.658	7,16%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	108.365	73.508	47,42%
Outras receitas	28.167	27.316	3,12%
(-) Deduções da receita bruta	115.299	107.890	6,87%
(-) Custos e despesas (a)	938.293	867.496	8,16%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	108.365	73.508	47,42%
Demais custos e despesas	829.928	793.988	4,53%
EBIT (b)	380.311	336.096	13,16 %
Margem EBIT	28,84%	27,92%	0,9 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	31,42%	29,74%	1,7 p.p.
(+) Depreciação/amortização	284.729	261.883	8,72%
EBITDA (b)	665.040	597.979	11,21%
Margem EBITDA	50,44%	49,68%	0,8 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	53.657	62.102	-13,60%
EBITDA ajustado	718.697	660.081	8,88 %
Margem EBITDA ajustada (e)	59,38%	58,41%	1,0 p.p.
Lucro líquido	218.711	148.398	47,38%
Dívida bruta	500.037	822.401	-39,20%
Investimentos (caixa, incluindo manutenção)	120.390	92.902	29,59%
Veículos equivalentes (em milhares)	128.044	128.491	-0,28%

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas.

(b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.

(c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas Líquidas sem considerar a receita de construção.

Relatório da Administração

- (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item "j") e 15 - Provisão de manutenção.
- (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção.

2.2.1 Receita operacional

A receita de pedágio totalizou R\$ 1.297.371 (+ 7,16% sobre 2016) e representou 97,88% do total da receita. O incremento das receitas de pedágio é consequência do reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2017, o qual gerou um aumento da tarifa média praticada de 4,35%, o que elevou a tarifa de pedágio da Via Dutra de R\$ 13,80 para R\$ 14,40 (vigente a partir de 04 de agosto de 2017). O aumento ocorreu, principalmente devido ao incremento por conta da variação de 3,00% no índice inflacionário que corrige a tarifa (IPCA) e da inclusão de investimentos na rodovia (Trevo de Jacareí – Fase II, Trevo de Jacu Pêssego, Fase II, entre outros).

As receitas acessórias, provenientes principalmente da exploração de cabos de fibra óptica e de publicidade, totalizaram R\$ 28.167, apresentando um acréscimo de 3,12%.

2.2.2 Custos e despesas totais

Os gastos totais apresentaram um aumento de 8,16% em relação a 2016, perfazendo o montante de R\$ 938.293. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 108.365. O acréscimo de 47,42% decorreu, principalmente, do maior investimento em melhorias (upgrade). Os valores de investimentos da CCR NovaDutra acompanham o Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. Maiores detalhes no item 2.2.6;
- A provisão de manutenção é uma curva contratual para manutenção de pavimento e sinalização horizontal, que atingiu R\$ 53.657 (- 13,60%) se comparado a 2016. Isto ocorreu devido à correção dos valores projetados de manutenção, por conta da redução do índice IPCA;
- As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 284.729 no ano de 2017. O crescimento de 8,72% decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação e da proximidade do fim do contrato de Concessão em fevereiro de 2021;
- Os custos contratuais totalizaram o montante de R\$ 22.861 e apresentaram um aumento de 5,56%, principalmente em função do maior gasto com seguros, decorrente do maior volume de investimentos em obras, quando comparado a 2016;
- Os custos de serviços totalizaram R\$ 419.343 no ano de 2017, apresentando um aumento de 6,37%. O aumento ocorreu, principalmente, devido à reposição inflacionária entre os períodos;
- O custo com pessoal atingiu R\$ 21.462 registrando aumento de 13,66%. Esse aumento ocorreu, principalmente à internalização da equipe de supervisão das obras, cujos serviços eram anteriormente prestados por empresa terceirizada;

Relatório da Administração

- Os outros custos (serviços públicos, alugueis, marketing e outros), apresentaram uma diminuição de 20,87% e atingiram R\$ 27.876 no ano de 2017, principalmente em função dos menores valores contabilizados como provisões para contingências jurídicas.

2.2.3 Resultado financeiro

No ano de 2017, o resultado financeiro foi de R\$ 67.399 comparado a R\$ 112.354 em 2016. A melhora se deve principalmente ao recuo dos indicadores macroeconômicos (IPCA e CDI) e liquidações, em 2017, de dois empréstimos em moeda estrangeira (notas promissórias modalidade 4131).

2.2.4 Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$ 218.711, apresentando um aumento de 47,38% em relação a 2016. O aumento ocorreu, principalmente, em função do aumento da receita de pedágio e do melhor resultado financeiro.

2.2.5 Dívida

A dívida líquida da Companhia alcançou R\$ 446.387 em 2017, na comparação com os R\$ 605.655 de 2016, representando uma diminuição de 26,30%.

Em 2017 não captamos nenhuma modalidade de financiamento, porém liquidamos empréstimos e financiamentos no valor total de R\$ 193.900.

2.2.6 Investimentos

Os investimentos da CCR NovaDutra somaram R\$ 120.390 sendo 29,59% maiores que em 2016. Neste ano, os principais investimentos realizados foram melhorias de 19 obras de arte especiais (com destaque para a demolição e reconstrução da ponte sobre o Rio Pavuna, no km 166+320 – pista Sul – RJ), 3 obras de terraplenos, 4 obras de drenagem, 309 km de pavimentos, a implantação de 12 passarelas e a conclusão do rebaixo do km 162 em Jacareí – SP.

Já em equipamentos, tivemos as revitalizações dos *Call Boxes* e a implantação do sistema de controle para redução de evasões de pedágio, em ação conjunta com a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

2.2.7 Eventos Relevantes ao Mercado

Não houve fatos relevantes no decorrer do ano de 2017.

As publicações poderão ser consultadas através do site: <http://www.novadutra.com.br/ri>.

2.3. Perspectivas

As perspectivas da Companhia para os próximos anos são otimistas. A expectativa é que a atividade econômica continue se recuperando, o que já tem se verificado desde os últimos meses de 2017. Com o crescimento econômico, aliado à estabilidade inflacionária e dos juros, espera-se um cenário favorável para o crescimento do tráfego e a manutenção dos custos operacionais e financeiros (endividamento) em patamares seguros.

Relatório da Administração

A Companhia também se programa para a execução dos trabalhos que dizem respeito ao encerramento do atual contrato em 2021, em conformidade com o Contrato de Concessão vigente, pactuado junto à ANTT.

3. Estratégia e Gestão

3.1. Governança Corporativa

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por três membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor Operacional.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembléia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia.

Diretoria Executiva

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funciona de forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria é submetida à deliberação do Conselho de Administração.

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é o Sr. Ascendino da Silva Mendes. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rodovia Presidente Dutra (BR 116 SP/RJ) km 184,3, Bairro Morro Grande, Santa Isabel, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico pode ser contatado no telefone (11) 2795-2401 ou pelo e-mail evm.novadutra@grupoccr.com.br.

Conselho Fiscal

De acordo com o nosso Estatuto social, nosso Conselho Fiscal não é permanente, devendo ser instalado, a pedido de nossos acionistas, de acordo com a Lei nº 6.404/76. Atualmente, a Companhia não tem Conselho Fiscal instalado. Quando instalado, o Conselho Fiscal deve ser composto de três membros efetivos e igual número de suplentes.

Para o exercício social de 2017, o Conselho de Administração propôs em Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 11 de abril de 2017, em não aprovar a instalação do Conselho Fiscal.

Maiores informações e detalhes sobre a atuação da CCR no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço <http://ri.ccr.com.br/>.

Relatório da Administração

3.2. Gestão de pessoas

A CCR, controladora da Companhia, acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a Companhia desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Os resultados desse conjunto de iniciativas demonstram o aumento de satisfação dos colaboradores, que, em 31 de dezembro de 2017, já somavam 14.625 pessoas.

Os programas relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho, tais como Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programas de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), estão em conformidade com a legislação.

Durante o ano de 2017 a CCR NovaDutra realizou 11 treinamentos e capacitações internas para os seus 1.429 colaboradores, sendo que os principais assuntos abordados foram segurança do trabalho (NR10 e NR35), Meio Ambiente, Liderança, Fiscal e o Programa de Integridade e Conformidade.

4. Sustentabilidade

Desde sua estruturação, em 1998, a Companhia tem o objetivo de criar e compartilhar valor com os acionistas, a sociedade, os colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento, considerando os impactos econômicos, sociais e ambientais de seus negócios. Por isso, incorpora continuamente as melhores práticas de governança e de gestão da sustentabilidade, de forma transversal, em todos os modais que administra.

Anualmente, em seu site, a Companhia divulga o Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS), de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e do Conselho Internacional para o Relato Integrado (IIRC), padrões internacionalmente reconhecidos para a prestação de contas do desempenho em sustentabilidade. As informações que atendem aos protocolos e diretrizes da GRI são verificadas por empresa externa, a partir de um processo que envolve a avaliação dos dados, dos processos e sistemas de gestão e das evidências apresentadas.

Em 2017, o RAS passou a estar em conformidade com a GRI Standards, a mais atual norma global para a comunicação dos impactos e benefícios socioambientais dos negócios. Antes disso, em 2016, a Companhia conduziu um novo estudo de materialidade que permitiu (i) identificar os temas da sustentabilidade mais importantes para a tomada de decisão dos stakeholders e (ii) priorizar os temas com abordagem específica para os modais em operação.

Na divulgação de seu desempenho, a Companhia, convidada para fazer parte do grupo de empresas frontrunners do Relato Integrado, busca evidenciar como sua estratégia de atuação gerar valores em seis diferentes tipos de capitais, propostos pelo IIRC: (i) financeiro; (ii) natural; (iii) humano; (iv) manufaturado; (v) intelectual; e (vi) social e de relacionamento. Dessa maneira, acionistas, organizações do setor financeiro, analistas de mercado e outros públicos têm acesso a informações mais completas e abrangentes sobre os impactos positivos proporcionados pelo modelo de negócios.

Além da prestação de contas, a atuação sustentável da Companhia é reforçada por meio da adesão a compromissos voluntários de âmbito global. A Companhia é signatária do Pacto Global desde 2011, responde voluntariamente aos questionários da plataforma Carbon Disclosure Project (CDP)

Relatório da Administração

e contempla, na definição de sua estratégia, as contribuições de seus negócios para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Primeira Companhia listada no segmento Novo Mercado da B3, em 2002, a Companhia atualmente compõe as carteiras do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), que reconhecem as organizações com melhor desempenho na gestão de aspectos econômicos e socioambientais.

Desde 2014, o Instituto CCR é responsável por centralizar a gestão dos projetos e das iniciativas que contribuem para o desenvolvimento social, nos municípios de atuação das empresas controladas pela CCR S.A.. Os investimentos são realizados com recursos próprios e de incentivos fiscais (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundos Municipais do Idoso). Para conhecer os projetos desenvolvidos, acesse www.institutoccr.com.br.

A Companhia também possui parcerias estratégicas com organizações alinhadas aos seus valores e que contribuem para o desenvolvimento sustentável. Entre esses parceiros estão o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e a Childhood Brasil, que combate o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

4.1. Gestão de Sustentabilidade

Responsabilidade Social

No ano de 2017, foram realizados 24 projetos através de recursos próprios, ISS, Lei Rouanet, CMDCA, Lei do Idoso e Lei do Esporte, beneficiando mais de 300 mil pessoas. Dentre esses projetos, podemos destacar:

- Caminhos para a Cidadania: ação sócio educacional que surgiu em 2002, com foco em educação no trânsito e educação ambiental;
- Estrada para a Saúde e Trailer Odontológico: destinado ao bem-estar do motorista de caminhão, oferecendo gratuitamente exames clínicos, informações para melhorar o dia-a-dia ao volante;
- Rugby: Promover através desta prática esportiva a inclusão social de crianças e jovens de bairros vulneráveis nos municípios margeados pela Via Dutra. Somente em 2017, incentivamos 06 projetos de Rugby em 09 municípios diferentes ao longo da Via Dutra;
- Vou de Cinto: ação promovida mensalmente em parceria com a ANTT desde 2014, que visa conscientizar os passageiros de ônibus sobre a importância do uso do cinto de segurança durante suas viagens.

Comitê de Sustentabilidade

Tem como missão transformar diretrizes corporativas em planos de ação e o objetivo de garantir a execução dos mesmos. As reuniões para discussão dos principais temas e ações relacionados à Sustentabilidade ocorrem periodicamente; nelas são apresentados os principais resultados, bem como as necessidades de melhorias e diretrizes traçadas pela Diretoria para as providências necessárias. A CCR NovaDutra atuou em 2017 da seguinte maneira:

- Campanha de redução de consumo de água. Em 2017 houve uma redução de aproximadamente 3,6% em relação ao ano de 2016;

Relatório da Administração

- Implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Concessionária e Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde, no qual foram destinados aproximadamente 2.800 toneladas de resíduos para locais devidamente licenciados;
- Aplicação de asfalto reciclado em operação de recuperação de pavimento, ao longo dos 402 quilômetros da Via Dutra.

4.2. Destaques do Período

Atendimento

A CCR NovaDutra conta hoje em sua operação com 14 ambulâncias de resgate, 13 viaturas médicas de intervenção rápida, 1 moto de inspeção de tráfego, 15 viaturas de inspeção de tráfego, 25 guinchos leves, 8 guinchos pesados, 4 guinchos superpesados e 3 veículos de inspeções de caminhões.

Dentre os canais de relacionamento, citamos o Sistema de Atendimento ao Usuário (SAU), que registrou 347.137 atendimentos em 2017.

Pesquisas

A CCR NovaDutra realizou diversas pesquisas durante o ano de 2017 através do Centro de Pesquisas Rodoviárias (CPR) totalizando o montante de R\$ 2.693. Os principais destaques foram:

- Treinamento e Capacitação Técnica em Pavimentação de equipes técnicas SUINF da ANTT;
- “Ecodriving BR – com objetivo de reduzir os custos e ampliar os benefícios socioambientais na principal rodovia brasileira”;
- Avaliação da aderência entre camadas asfálticas.

Além disso, o CPR atua no controle tecnológico das obras executadas na Rodovia. Em 2017 foram realizados 13.132 ensaios com a geração de 3.139 certificados.

4.3 Reconhecimentos e Prêmios

Em 2017 os projetos apoiados pela CCR NovaDutra através da Lei Municipal de Incentivo ao Esporte foram destaques mais uma vez.

A equipe adulta do projeto Jacaréi Rugby conquistou o título inédito do Campeonato Brasileiro – Super 8 e a equipe de Vôlei de Taubaté foi Tetracampeã Paulista.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

Neste ano de 2017, marcado por realizações e conquistas, a CCR NovaDutra agradece a todos os nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da Companhia, ao Governo Federal e à ANTT, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Rodoviária Federal pela parceria desenvolvida.

Relatório da Administração

5.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3 Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculado à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

5.4 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Santa Isabel, 20 de fevereiro de 2018.

A Administração.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social exclusivo, sob o regime de concessão por um prazo total de 25 anos, até 28 de fevereiro de 2021, a exploração da Rodovia BR 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio. A sede está localizada na Rodovia Presidente Dutra (BR 116/RJ/SP), KM 184,3/SP, Bairro Morro Grande, na cidade de Santa Isabel, estado de São Paulo.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Operação da rodovia e execução de obras iniciais de recuperação sem a cobrança de pedágio, o que ocorreu até 31 de julho de 1996;
- Apoio à fiscalização de trânsito, com operação de balanças fixas e móveis e sistema eletrônico de velocidade instalado ao longo da rodovia;
- Construção de marginais nas regiões da Baixada Fluminense (RJ), São Paulo (SP) e de São José dos Campos (SP), iniciada no segundo semestre de 1997 e parcialmente implementados, e construção de novos trechos de 2010 a 2014;
- Implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, instalados no segundo semestre de 1997;

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

b) *Receitas de serviços*

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

Notas Explicativas

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: Segundo ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é determinado pela evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) *Instrumentos financeiros*

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício, exceto quanto à porção efetiva das variações no valor justo do derivativo.

Notas Explicativas

- Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 19 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

- Capital social – ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

- Capital social – ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação de sua parcela do capital social.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

Notas Explicativas

f) *Ativo imobilizado*

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) *Ativos intangíveis*

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefício econômico estimado.

- Direito de exploração de infraestrutura – vide item “o”

h) *Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)*

- Ativos financeiros não derivativos

Notas Explicativas

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la

Notas Explicativas

ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionado a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

n) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

o) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Notas Explicativas

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

p) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

q) Novas Normas e Interpretação ainda não efetivas

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada destas normas.

Até o momento não se identificou impactos materiais que possam afetar as reservas ou lucros acumulados, mas possivelmente ocorrerão impactos em termos de novas divulgações e formas de apresentação, que estão em fase de maior detalhamento.

O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018, baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018, podem ser diferentes, pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Uma avaliação mais detalhada do impacto esperado decorrente destas normas está resumida abaixo.

IFRS 15/CPC 47 – Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15 / CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e a CPC 30 / IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente.

Notas Explicativas

A IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

Com base em sua avaliação, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30 / IAS 18 e CPC 17 / IAS 11), em relação ao reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01 / IFRIC 12, já reconhecidas hoje de forma desagregada. Contudo espera-se que as notas explicativas às Demonstrações Financeiras venham a ser ampliadas.

A Companhia planeja adotar a IFRS 15 / CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15 / CPC 47, referentes ao período comparativo apresentado.

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

- Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos.

- Redução no valor recuperável (*Impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e

Notas Explicativas

- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo sobre seus ativos financeiros.

- Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia considera que o seu caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes e, portanto, não espera reconhecimentos materiais de impairment na adoção do CPC 48 / IFRS 9 neste quesito.

- Classificação - Passivos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA; e
- O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A avaliação preliminar da Companhia não indicou impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

- Contabilidade de *hedge*

Na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de hedge do CPC 38 / IAS 39 em vez dos novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9. A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9.

O CPC 48 / IFRS 9 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que este, aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. O CPC 48 / IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é possível que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam

Notas Explicativas

qualificar-se para a contabilidade de hedge. Atualmente, a Companhia não realiza hedge de tais componentes de risco.

De acordo com a IFRS 9, para hedges de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados a compras previstas de ativos não-financeiros, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa e na reserva de custo de hedge serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não-financeiro, quando este for reconhecido. Prática que já é realizada pela Companhia.

Os tipos de relações de contabilidade de hedge que a Companhia atualmente designa atendem aos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9 e estão alinhados com a estratégia e objetivo de gerenciamento de risco da entidade.

- Divulgações e Transição

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- Os novos requerimentos de contabilidade de *hedge* devem ser aplicados prospectivamente.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. É efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá sua adoção por parte da Companhia.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia, que na data destas Demonstrações Financeiras são imateriais e, portanto, não divulgados em nota explicativa. Consequentemente, não se espera que a adoção da IFRS 16 afete nossa capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, financiamentos e debêntures.

Notas Explicativas

Entretanto, o impacto dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- ICPC 21 / IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

Com relação à IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 20 de fevereiro de 2018, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Notas Explicativas

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2o Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1)
- 7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- 8b Impostos diferidos
- 10 Depreciação dos ativos imobilizados
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 14 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários
- 15 Provisão de manutenção
- 19 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Notas Explicativas

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de moeda, de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros e/ou de moeda

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxas de juros e inflação;
- Riscos de taxa de câmbio; e
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais; (2) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (3) IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nos 6, 12, 13 e 19.

As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação.

Notas Explicativas

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos
Debêntures (*)	182.174	157.917	159.945
Fornecedores, outras conta a pagar e obrigações com poder concedente	45.632		
Fornecedores - partes relacionadas	34.309	3.038	
Mútuos - partes relacionadas	175	14.650	
Juros sobre capital próprio	26.037		

(*) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 262.874, substancialmente compostos por debêntures a pagar e obrigações contratuais, detalhados nas notas explicativas nº 13 e nº 15. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e bancos	5.070	3.939
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	-	193.076
Aplicações financeiras de curto prazo - CDB	-	19.731
	<u>5.070</u>	<u>216.746</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	48.580	-
	<u>48.580</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

As aplicações financeiras foram remuneradas, à taxa média de 98,36% do CDI, equivalente a 9,73% ao ano (98,93% do CDI, equivalente a 13,92% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2016).

7. Contas a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	9.270	9.995
Pedágio eletrônico (b)	<u>73.568</u>	<u>69.841</u>
	82.838	79.836
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(230)</u>	<u>(78)</u>
	<u><u>82.608</u></u>	<u><u>79.758</u></u>

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Crédito a vencer	82.262	78.488
Créditos vencidos até 60 dias	345	1.258
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	1	12
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	73	10
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	<u>157</u>	<u>68</u>
	<u><u>82.838</u></u>	<u><u>79.836</u></u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		(Reclassificado)
		(*)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	312.912	223.742
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(106.390)	(76.072)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(1.682)	(1.273)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(513)	(285)
Incentivos relativos ao imposto de renda	4.109	2.300
Juros sobre capital próprio	10.415	-
Outros ajustes tributários	<u>(140)</u>	<u>(14)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(94.201)</u>	<u>(75.344)</u>
Impostos correntes	(114.475)	(83.611)
Impostos diferidos	<u>20.274</u>	<u>8.267</u>
	<u>(94.201)</u>	<u>(75.344)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>30,10%</u>	<u>33,67%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos tem as seguintes origens:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		(Reclassificado)
Bases ativas		(*)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	648	929
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	78	35
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	5.281	6.061
Constituição da provisão de manutenção	102.862	90.159
Provisão para fornecedores	7	131
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	79.197	87.836
Variação cambial	544	-
Outros	<u>123</u>	<u>123</u>
	<u>188.740</u>	<u>185.274</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(109.943)	(122.761)
Ganhos de operações com derivativos	(20.495)	(12.180)
Variação cambial	<u>-</u>	<u>(12.305)</u>
	<u>(130.438)</u>	<u>(147.246)</u>
Ativo diferido líquido	<u>58.302</u>	<u>38.028</u>

(*) Reclassificação da abertura entre linhas para melhor apresentação.

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

Notas Explicativas

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, assim como as transações que influenciaram os resultados os exercícios de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações				Saldos		
	Serviços prestados	Aquisição de Intangível	Receita	Despesa Financeira	Ativo	Passivo	
					Contas a receber	Cessão onerosa	Contas a pagar
Controladora							
CCR S.A.	19.813 (a)	-	-	883 (g)	13 (f)	14.825 (g)	1.551 (a)
Outras partes relacionadas							
CPC	25.398 (b)	-	-	-	-	-	2.126 (b)
Serveng Cívicas S.A. Empresas Associadas de Eng.	-	16.752 (c)	-	-	-	-	6.416 (c)
Coper	336.531 (d)	-	-	-	-	-	27.212 (d)
Samm	-	-	1.264 (e)	-	795 (e)	-	-
Metrô Bahia	-	-	-	-	109 (f)	-	38 (f)
Companhia Operadora de Rodovia	-	-	-	-	4 (f)	-	4 (f)
Rodoanel Oeste	-	-	-	613 (g)	-	-	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2017					590	175	34.309
Total não circulante, 31 de dezembro de 2017					331	14.650	3.038
Total, 31 de dezembro de 2017	381.742	16.752	1.264	1.496	921	14.825	37.347
Total, 31 de dezembro de 2016	357.285	9.487	1.170	2.077	842	14.920	32.299

Despesas com profissionais chave da administração:

	2017	2016
Remuneração (h):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	2.115	2.126
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	988	605
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	1.063	535
Previdência privada	29	43
Seguro de vida	4	4
	<u>4.199</u>	<u>3.313</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	2017	2016
Remuneração dos administradores (h)	1.192	785

Na AGO realizada em 11 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.600, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;

Notas Explicativas

- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (c) Prestação de serviços por empreitada a preço global de obra de restauração de pavimento em trechos, trevos e acessos encabeçamentos e capeamentos, distribuídos em vários pontos, com vigência de 23 de janeiro de 2014 a 21 de julho de 2017. Em 06 de junho de 2017, foi assinado novo contrato de prestação de serviços com o mesmo objeto, porém para novos trechos da rodovia, com vigência de 06 de junho de 2017 a 02 de dezembro de 2020;
- (d) Serviços de recuperação, melhoramento, conservação, manutenção, monitoramento e operação da rodovia Presidente Dutra, com vigência até fevereiro de 2021;
- (e) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGPM;
- (f) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (g) Refere-se a cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do RodoAnel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, convertida para Lei 13.043/2014. Os juros, de 105% do CDI, estão sendo pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal. Em 03 de maio de 2017, o RodoAnel Oeste vendeu os recebíveis para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% do CDI; e
- (h) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

10. Ativo imobilizado

Movimentação do custo

	2016		2017		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	4.532	-	(12)	20	4.540
Máquinas e equipamentos	46.535	-	(112)	3.602	50.025
Veículos	32.355	-	(1.934)	2.975	33.396
Terrenos	2.074	-	-	-	2.074
Equipamentos operacionais	85.163	-	(184)	1.527	86.506
Imobilizações em andamento	16.866	13.343	(2.040)	(8.893)	19.276
	<u>187.525</u>	<u>13.343</u>	<u>(4.282)</u>	<u>(769)</u>	<u>195.817</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 917 em 2017 (R\$ 587 em 2016). A taxa média de capitalização em 2017 foi de 3,83% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 3,07% a.a. em 2016.

Notas Explicativas**Movimentação da depreciação**

	Taxa média anual de depreciação %	2016		2017		Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios	10	(2.994)	(387)	9	-	(3.372)
Máquinas e equipamentos	14	(27.655)	(6.760)	88	61	(34.266)
Veículos	25	(21.879)	(5.364)	1.678	(5)	(25.570)
Equipamentos operacionais	13	(61.699)	(7.429)	205	(50)	(68.973)
		<u>(114.227)</u>	<u>(19.940)</u>	<u>1.980</u>	<u>6</u>	<u>(132.181)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

11. Ativo intangível**Movimentação do custo**

	2016		2017	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	2.552.480	115.669	(1)	2.668.148
Direitos de uso de sistemas informatizados	15.790	75	770	16.635
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	6.184	-	-	6.184
	<u>2.574.454</u>	<u>115.744</u>	<u>769</u>	<u>2.690.967</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 7.395 em 2017 (R\$ 3.071 em 2016). A taxa média de capitalização em 2017 foi de 3,83% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 3,07% a.a. em 2016.

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2016		2017		Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(1.304.832)	(263.284)	-	(1.568.116)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(12.348)	(1.459)	(6)	(13.813)	
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(6.133)	(46)	-	(6.179)	
		<u>(1.323.313)</u>	<u>(264.789)</u>	<u>(6)</u>	<u>(1.588.108)</u>	

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Amortização pela curva de benefício econômico.

12. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Vencimento final	2017	2016
Em moeda nacional				
Banco Alfa de Investimento S.A.	5,50% a.a. 7,70% a.a.	Julho de 2017	-	163 (b)
Subtotal em moeda nacional			<u>-</u>	<u>163</u>
Em moeda estrangeira				
1. Bank of America NA (a)	LIBOR 3M + 1,45% a.a.	Abril de 2017	-	94.812 (c)
2. Bank of Tokyo (a)	LIBOR 3M + 1,69% a.a.	Outubro de 2017	-	100.453 (c)
Subtotal em moeda estrangeira			<u>-</u>	<u>195.265</u>
Total Geral			<u>-</u>	<u>195.428</u>
Circulante				
Empréstimos e financiamentos			-	195.428
			<u>-</u>	<u>195.428</u>

Notas Explicativas

- (a) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através de resultado (vide nota explicativa nº 19 para maiores detalhes).

Garantias:

- (b) Garantia real.
(c) Não existem garantias.

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 09 de março de 2015, foi firmado contrato com o Bank of America em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 27 de abril de 2015, através da Lei nº 4131/1962, no montante de USD 28.800 mil, equivalente a R\$ 90.000, com vencimento em 27 de abril de 2017, remunerado à Libor de 3 meses + 1,45% a.a. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de swap, trocando a remuneração da dívida por 104,45% do CDI.

Este financiamento foi liquidado em 27 de abril de 2017.

2. Em 10 de setembro de 2015, foi firmado contrato em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 26 de outubro de 2015, através da Lei nº 4131 do BACEN, com o Bank of Tokyo, no montante de USD 30.548 mil, equivalente a R\$ 120.000, com vencimento em 26 de outubro de 2017, remunerado à Libor de 3 meses + 1,69% a.a. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de swap, trocando a remuneração da dívida por 104,20% do CDI.

Este financiamento foi liquidado em 26 de outubro de 2017.

13. Debêntures

Série	Taxas Contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento Final	2017	2016
1. 4a Emissão - Série única (a)	IPCA+6,4035% a.a.	N/I	Agosto de 2020	500.036	626.973 (b)
				<u>500.036</u>	<u>626.973</u>
Circulante					
Debêntures				<u>182.174</u>	<u>183.302</u>
Não Circulante					
Debêntures				<u>317.862</u>	<u>443.671</u>

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 19.

Garantias:

- (b) Garantia real.

Notas Explicativas**Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>2017</u>
2019	157.917
2020	<u>159.945</u>
Total	<u><u>317.862</u></u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- Em 10 de abril de 2015, foi realizada a 4ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real, no valor nominal total de R\$ 610.000 e com remuneração de IPCA + 6,4035% a.a.. O primeiro pagamento de juros foi realizado em 11 de maio de 2015 e os demais serão pagos semestralmente, juntamente com as amortizações, as quais se iniciarão a partir de 15 de outubro de 2016, vencendo-se o último em 15 de agosto de 2020.

Adicionalmente, a concessionária obriga-se a não contratar novos endividamentos, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja igual ou superior a 4, e o ICSD seja igual ou inferior a 1,20. Além disso, compromete-se a não distribuir dividendos caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja igual ou superior a 4.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Não circulante	2016			2017		
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	Saldo final
Cíveis	16.839	6.511	(6.866)	(3.199)	1.111	14.396
Trabalhistas	988	437	(95)	(340)	146	1.136
Total	<u>17.827</u>	<u>6.948</u>	<u>(6.961)</u>	<u>(3.539)</u>	<u>1.257</u>	<u>15.532</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 2.421 e R\$ 342, respectivamente em 2017 (R\$ 4.391 e R\$ 57 respectivamente em 2016).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

Notas Explicativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Cíveis e administrativos	6.190	12.056
Trabalhista	78	85
Tributárias	<u>19.650</u>	<u>17.722</u>
	<u>25.918</u>	<u>29.863</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 33.843 (R\$ 31.111 em 31 de dezembro de 2016).

15. Provisão de manutenção

	<u>2016</u>		<u>2017</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição/ reversão de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	33.626	53.032	22.150	(45.373)	50.551	113.986
Não circulante	231.547	625	6.933	-	(50.551)	188.554
	<u>265.173</u>	<u>53.657</u>	<u>29.083</u>	<u>(45.373)</u>	<u>-</u>	<u>302.540</u>

As taxas anuais de 2016 e 2017, para cálculo do valor presente, foram de 15,77% e 13,93%, respectivamente.

16. Patrimônio Líquido**a. Capital social**

O capital social subscrito é representado por 128.766.186 de ações, sendo 64.383.093 ordinárias e 64.383.093 preferenciais, sem valor nominal.

Em 26 de outubro de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, a redução de capital social da Companhia, no valor de R\$ 30.000, mediante a restituição de capital aos acionistas da Companhia, proporcionalmente as suas participações acionárias, passando o capital social da Companhia de R\$ 422.376 para R\$ 392.376.

b. Reservas de lucros

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva estatutária*

É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Estatuto da Companhia, até o limite de 10% do capital social.

- *Reserva de retenção de lucros*

Em 31 de dezembro de 2017, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), conforme Proposta da Administração, o qual será

Notas Explicativas

submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2018, previamente à deliberação sobre a destinação de resultados.

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos do contrato de concessão.

c. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 26 de abril de 2017, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração (RCA), o pagamento de dividendos à conta de Reserva de Retenção de Lucros de 2016, no montante de R\$ 30.904, correspondente a R\$ 0,24 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 27 de abril de 2017.

Em 26 de outubro de 2017, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 100.438, correspondente a R\$ 0,78 por ação ordinária, à conta parte dos lucros apurados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 30 de setembro de 2017, com pagamento realizado em 27 de outubro de 2017.

Em 22 de dezembro de 2017, foi aprovada em Ata de Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 24.465, correspondente a R\$ 0,19 por ação ordinária, à conta parte dos lucros apurados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 30 de setembro de 2017, com pagamento realizado em 27 de dezembro de 2017.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2017, foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Lucro líquido do exercício	218.711
(-) Constituição de reserva legal	(10.935)
(-) Constituição de reserva estatutária	(1.094)
Lucro líquido ajustado	<u>206.682</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>51.671</u>
Dividendos intermediários pagos	<u>124.903</u>

d. Juros sobre capital próprio

Em 21 de dezembro de 2017, foi aprovado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 30.632, relativo ao lucro do exercício que serão pagos até 31 de dezembro de 2018.

e. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

Notas Explicativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Numerador		
Lucro líquido	218.711	148.398
Denominador		
Média ponderada de ações - ordinárias e preferenciais (em milhares)	128.766	128.766
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	1,69851	1,15246
Lucro por ação preferencial - básico e diluído	1,69851	1,15246

17. Receitas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas de pedágio	1.297.371	1.210.658
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	108.365	73.508
Receitas acessórias	28.167	27.316
Receita bruta	<u>1.433.903</u>	<u>1.311.482</u>
Impostos sobre receitas	(115.055)	(107.683)
Devoluções e abatimentos	(244)	(207)
Deduções da receita bruta	<u>(115.299)</u>	<u>(107.890)</u>
Receita líquida	<u><u>1.318.604</u></u>	<u><u>1.203.592</u></u>

18. Resultado financeiro

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(37.633)	(46.747)
Varição monetária sobre empréstimos e debêntures	(18.210)	(42.683)
Varição cambial sobre empréstimos	(12.078)	(32.094)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(29.083)	(25.365)
Perda com operações de derivativos	(52.539)	(107.230)
Capitalização de custos dos empréstimos	8.312	3.658
Valor justo sobre empréstimos (<i>fair value hedge</i>)	(20.619)	(46.485)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(1.496)	(2.077)
Varição cambial sobre fornecedores estrangeiros	(1)	(17)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(2.110)	(1.943)
	<u>(165.457)</u>	<u>(300.983)</u>
Receitas financeiras		
Varição cambial sobre empréstimos	16.149	68.287
Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	2.659	787
Ganho com operações de derivativos	54.554	66.955
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value hedge</i>)	5.651	29.076
Rendimento sobre aplicações financeiras	18.460	21.525
Varição cambial sobre fornecedores estrangeiros	9	2
Juros e outras receitas financeiras	576	1.997
	<u>98.058</u>	<u>188.629</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(67.399)</u></u>	<u><u>(112.354)</u></u>

Notas Explicativas

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2017			2016		
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	48.580	-	-	212.807	-	-
Contas a receber	-	82.608	-	-	79.758	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	921	-	-	842	-
Contas a receber - operações com derivativos	80.276	-	-	67.250	-	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	-	-	-	(163)
Empréstimos em moeda estrangeira (a)	-	-	-	(195.265)	-	-
Debêntures (a)	(500.036)	-	-	(626.973)	-	-
Fornecedores, outras contas a pagar e obrigações com poder concedente	-	-	(45.632)	-	-	(41.651)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(37.347)	-	-	(32.299)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(14.825)	-	-	(14.920)
Juros sobre capital próprio	-	-	(26.037)	-	-	-
Contas a pagar - operações com derivativos	-	-	-	(26.907)	-	-
Total	(371.180)	83.529	(123.841)	(569.088)	80.600	(89.033)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo que o valor justo poderia ser considerado como “semelhante” ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) não produziriam diferenças significativas entre ambos.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores, outras contas a pagar, obrigações com poder concedente, fornecedores – partes relacionadas e mútuo – partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.

Notas Explicativas

- **Contas a receber e a pagar com derivativos** – Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado** – A Companhia captou empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratados *swaps* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração desses empréstimos pelo valor justo (*fair value hedge*) resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo e da dívida a custo amortizado.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 12.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas através de fontes públicas (B3 e Bloomberg), mais cupom da operação e trazendo a valor presente pelo cupom limpo.

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 479.738 (R\$ 622.095 em 31 de dezembro de 2016), conforme detalhado abaixo.

<u>Série</u>	<u>Taxa contratual</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
4a Emissão - Série única	IPCA+ 6,4035% a.a.	100,1% até 101,2% do CDI	479.738

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 13.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicações financeiras	48.580	212.807
Derivativos a receber/(a pagar)	80.276	40.343
Empréstimos em moeda estrangeira	-	(195.265)
Debêntures	(500.036)	(626.973)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* visando mitigar totalmente o risco cambial do fluxo de caixa de seu empréstimo em moeda estrangeira.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 4ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Notas Explicativas

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

SIALF	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Posição (Valores de referência)	Valor de referência (Nacional) (1)		Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado			
						2017	2016	Moeda local	Moeda local	Moeda local	Recebidos/Pagos	Valores a receber/ (recebidos)	2017	2016	2017	2016	2017
Posição ativa	Bradesco	12/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a. 101,20% do CDI	310.019	310.019	250.110 (209.979)	313.602 (283.744)	(3.462)	(17.784)	40.131	32.211	-	(2.353)	6.811	6.882	
Posição passiva	Votorantim	16/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a. 100,0% do CDI	310.019	310.019	249.842 (209.697)	313.352 (283.079)	(3.264)	(17.301)	40.145	32.317	-	(2.044)	6.608	6.733	
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2017						620.038	620.038	80.276	60.131	(6.726)	(35.085)	80.276	64.528	-	(4.397)	13.419	13.615
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016									(19.788)	(31.192)	(24.214)	-	2.722	-	(22.510)	(11.404)	(53.890)
TOTAL DAS OPERAÇÕES								80.276	40.343	(37.918)	(59.299)	80.276	67.250	-	(26.907)	2.015	(40.275)

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor notional mencionado é o da tranche vigente.

(2) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários nos meses de abril e outubro de cada ano, até o vencimento final.

Notas Explicativas

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Riscos cambiais	(11.404)	(53.890)
Riscos de juros	<u>13.419</u>	<u>13.615</u>
	<u><u>2.015</u></u>	<u><u>(40.275)</u></u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2018 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado			
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%	
Debêntures - 4ª Emissão	Aumento do IPC-A	Agosto de 2020	479.738	(45.779)	(49.543)	(53.308)	
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Agosto de 2020	(239.958)	22.898	24.781	26.664	
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2020	209.707	(14.448)	(18.060)	(21.672)	
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Agosto de 2020	(239.704)	22.874	24.755	26.636	
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2020	209.674	(14.284)	(17.853)	(21.422)	
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (4)		17.218	1.178	1.472	1.767	
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI (4)		19.124	1.273	1.591	1.909	
Efeito líquido				<u>(26.288)</u>	<u>(32.857)</u>	<u>(39.426)</u>	
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :							
				CDI ⁽²⁾	6,89%	8,61%	10,34%
				IPC-A ⁽³⁾	2,95%	3,69%	4,43%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se à taxa de 29/12/2017, divulgada pela B3/CETIP;

Notas Explicativas

- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada IBGE;
- (4) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira.
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2017, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Compromisso de investimento	<u>305.522</u>	<u>327.825</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

21. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores - partes relacionadas	<u>3.781</u>	<u>1.682</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>3.781</u>	<u>1.682</u>
Adições ao ativo intangível	<u>(3.781)</u>	<u>(1.682)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(3.781)</u>	<u>(1.682)</u>

- b. A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

- c. **Reconciliação das atividades de financiamento.**

Notas Explicativas

	Empréstimos e Financiamento	Debêntures	Mútuos com partes relacionadas	Dividendos a pagar	Operações com derivativos	Capital social	Total
Saldo Inicial	(195.428)	(626.973)	(14.920)	-	40.343	(422.376)	(1.219.354)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento							
Pagamentos de principal e juros	193.900	192.546	1.591	-	37.918	-	425.955
Redução de capital	-	-	-	-	-	30.000	30.000
Dividendos pagos	-	-	-	160.402	-	-	160.402
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	193.900	192.546	1.591	160.402	37.918	30.000	616.357
Outras variações							
Despesas com juros, variação monetária e cambial	1.077	(50.190)	(1.496)	-	-	-	(50.609)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	451	(15.419)	-	-	2.015	-	(12.953)
Outras variações que não afetam caixa	-	-	-	(160.402)	-	-	(160.402)
Total das outras variações	1.528	(65.609)	(1.496)	(160.402)	2.015	-	(223.964)
Saldo Final	-	(500.036)	(14.825)	-	80.276	(392.376)	(826.961)

* * *

Proposta de Orçamento de Capital**ORÇAMENTO DE CAPITAL**

Srs. Acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 25, §1º, inciso IV da IN CVM 480, apresentamos a V.Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2018, no valor de R\$171.661.000,00 (cento e setenta e um milhões, seiscentos e sessenta e um mil reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2018.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$171.661.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia em 2018	R\$171.661.000,00
---	-------------------

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2017	R\$ 56.319.480,88
Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$115.341.519,12

Santa Isabel, 20 de fevereiro de 2018.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SR. JOSÉ BRAZ CIOFFI
 Presidente do Conselho de Administração

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da,

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

Santa Izabel - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Contingências passivas

Conforme nota explicativa nº 14 a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos aos processos, requer julgamento profissional da Companhia. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às contingências passivas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos a suficiência das provisões para contingências reconhecidas e dos valores das contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados na metodologia de mensuração da Companhia, considerando ainda a avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos, bem como efetuamos o envio de cartas de circularização aos advogados externos e realizamos o cruzamento entre os relatórios de contingências e as respostas das cartas de circularização. Efetuamos a comparação entre a nossa avaliação de probabilidade de êxito das principais teses fiscais e a da Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza, exposição, valores provisionados ou divulgados relativos as principais contingências que a Companhia está envolvida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração das provisões e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras comparativas da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (Companhia) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 3 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Santa Isabel/SP, 20 de fevereiro de 2018.

JOSÉ HERZEN SALGADO ALVES

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

JOÃO DANIEL MARQUES DA SILVA

DIRETOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Santa Isabel/SP, 20 de fevereiro de 2018.

JOSÉ HERZEN SALGADO ALVES

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

JOÃO DANIEL MARQUES DA SILVA

DIRETOR